

ATA N.º 27 – 2013/2017

Primeira reunião da Sessão Ordinária de junho.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Município, com início pelas 21 horas e 10 minutos, reuniu, na primeira reunião da Sessão Ordinária de junho, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela primeira Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo segundo Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: Rui Manuel Pereira Marques, Sandra Isabel Silva Melo de Almeida, Luís Serafim Baptista da Silva, Paulo André Silva e Silva, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Filipa Alexandra da Silva Rodrigues e Manuel Araújo da Silva Letra, do CDS-PP; Adalberto da Silva Carvalho, indigitado a substituir João Agostinho Pinto Pereira; Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, indigitado a substituir Ana Maria Marques Silva Moura; Sílvia Cristina da Silva Martins, indigitada a substituir Nuno Miguel Sobral Camões, Mário José de Jesus Couto Oliveira, indigitado a substituir Filomena de Jesus da Silva Bastos; José António de Pinho Laranjeira, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, Sara Patrícia Rios da Silva, Rúben André de Carvalho Coelho e Sandra Sofia Mortágua e Silva, indigitada a substituir Eduardo Nuno Alves de Castro e Pereira Marques, do PPD/PSD; Ludovina Correia da Silva, indigitada a substituir Rui Filipe Silva Marques Sousa, Jesus Manuel Vidinha Tomás, do PS. As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Paula Cristina Pereira Nunes da Silva, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; Patrícia Filipa Lopes Mortágua, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; António Nunes de Almeida, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, Maria Emília Martins Campos Pereira, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Victor Hugo Linhares Ferreira Sousa, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, os Senhores Vereadores Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes e Ana Maria de Melo Bastos Silva, do CDS-PP; José Licínio Tavares Pimenta, Carlos Manuel Moreira Branco, em substituição de Nuno Miguel de Abreu Pereira da Silva e Sandra Cristina Santos Correia, do PPD/PSD. -----

Substituições: -----

Pediram substituição na presente Sessão os seguintes Membros Municipais: João Agostinho Pinto Pereira, Ana Maria Marques Silva Moura, Nuno Miguel Sobral Camões, Filomena de Jesus da Silva Bastos, Eduardo Nuno Alves de Castro e Pereira Marques, Beatriz Sofia Lopes Fonseca e Abílio Manuel da Silva Rodrigues, do PPD/PSD; Rui Filipe Silva Marques Sousa, do PS; Jorge Manuel Lemos

Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior e Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme Ordem de Trabalhos nº 43/13-17, que se transcreve: ----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de 21.04.2017 e da Sessão Extraordinária de 25.04.2017; -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, no montante total de € 12.000,00) e às Grandes Opções do Plano (2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017, no montante total líquido de € 0,00, e no montante de € 218.754,00 para o ano de 2018) do Município de Albergaria-a-Velha para 2017; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha, relativos ao exercício de 2016; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação do projeto de Regulamento do Mercado Municipal “A Praça”; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação de autorização prévia da Assembleia Municipal para a celebração de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso) para a aquisição de energia em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Gás Natural; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha para 2017 – 1.ª Alteração; -----

Ponto 8 – Apreciação e votação dos critérios para procedimento concursal – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Chefe da Unidade de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local; -----

Ponto 9 – Apreciação e votação da 3.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal - Versão final; -

Ponto 10 – Apreciação e votação da constituição da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago e do projeto dos seus Estatutos, bem como a delegação no Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, dos poderes para a remessa dos Estatutos para o Tribunal de Contas; -----

Ponto 11 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executóriedade, dos pontos 3 a 10 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

Expediente: Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

Da Secção de Administração Geral – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 7 a 11/2017 e de um exemplar do projeto de Regulamento Municipal e Tabela de Taxas, Preços e Licenças – atualização da Parte III – Capítulo V – Secção I – Mercados e Feiras; -----

Do Conselho Municipal da Educação de Albergaria-a-Velha – Convocatória para a 6.ª reunião do Conselho Municipal de Educação; -----

Do Tribunal de Contas – Envio de ofício n.º 16358/2017, no qual informa que a conta referente à gerência de 2014 desta autarquia foi homologada, contendo algumas recomendações. -----

Da Junta de Freguesia de Alquerubim – Convite para participar na Feira à moda antiga, em Paus; --

Da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Convite para participar no Congresso da Região de Aveiro 2017 e na fase final da 4ª edição do Concurso Intermunicipal de Leitura 2017; -----

Da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – Convite para participar no Encontro Internacional sobre Ecossistemas Criativos; -----

Da Auranca – Convite para assistir e participar no debate "Floresta: Novos desafios; -----

Do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha – Convite para assistir ao XIII Grande Prémio da Canção; -----

Da APPACDM de Albergaria-a-Velha – Convite para participar no Festival Romano – Talabrigae ex Libris 2017; -----

Do Clube de Albergaria – Convite para a VII Gala do Clube de Albergaria; -----

Da Culturalb – Convite para o 6º Dia Culturalb, integrado no âmbito da comemoração do seu aniversário; -----

Do Grupo Folclórico, Cultural e Recreativo de Albergaria-a-Velha – Convite para participar no 35º aniversário; -----

Do Rancho Folclórico da Ribeira de Fráguas – Convite para participar no Jantar de Gala comemorativo do 25º aniversário; -----

Do Rancho Folclórico Malmequeres de Campinho – Convite para participar no 59.º aniversário; ---

Do Grupo Coral da Jobra – Convite para assistir ao XIII Concerto Amigos do Coral; -----

Da Escola Profissional de Artes Performativas – Convite para assistir ao Concerto Anual de Jazz da Jobra "Jazz'Art com António Zambujo"; -----

Do Clube Desportivo de Campinho – Convite para participar na 35ª Caravana Ciclo Turística à Torreira; -----

Do Rotary Club de Albergaria-a-Velha – Convite para participar na entrega da Carta Constitucional e no baile dos Anos 60, para apoio dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha; -----

Da Fundação Elídio Pinho – Convite para a Mostra Nacional 2016/2017 do Prémio Fundação Elídio Pinho "Ciência na Escola". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da existência de uma avaria num dos LCD's do Salão Nobre, que ainda não foi possível reparar, pedindo desculpa aos Membros Municipais por tal facto, estando disponível apenas um LCD. -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

Informou ter combinado com os Grupos Municipais a apresentação de um voto de pesar pelas vítimas do incêndio que assolou a Região Centro, seguindo-se um minuto de silêncio em sua memória. -----

Jesus Vidinha – PS – Apresentou um Voto de Pesar, dirigido às famílias enlutadas pelos trágicos acontecimentos ocorridos no dia 17 de junho em Pedrogão Grande e um voto de louvor dirigido aos Bombeiros Voluntários, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I, Fls. 1 e Anexo II, Fls. 1). -----

Sandra Mortágua – PPD/PSD – Apresentou um Voto de Pesar, dirigido aos Municípios de Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Góis pela tragédia ocorrida no dia 17 de junho, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo III, Fls. 1). -----

Paulo Silva – CDS-PP – Apresentou um Voto de Pesar pelas vítimas do incêndio de Pedrogão Grande, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IV, Fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que os Votos ora apresentados foram subscritos por todos os Grupos Municipais, declarou os mesmos aprovados, por unanimidade. Solicitou um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia ocorrida no passado dia 17 de junho, em Pedrogão Grande. -----

Sandra Mortágua – PPD/PSD – Apresentou um Voto de Felicitação, dirigido ao CRECUS, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo V, Fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que o Voto de Felicitação ora apresentado foi subscrito por todos os Grupos Municipais, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

C – 1.º Período da Intervenção aberto ao Público; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o primeiro Período de Intervenção aberto ao Público, informando haver uma inscrição para intervir no mesmo, dando a palavra ao munícipe Firmino Ribeiro Valente. -----

Firmino Ribeiro Valente – Usou da palavra, solicitando que a circulação de veículos pesados nas imediações da Capela de São Gonçalo, no lugar de Sobreiro, seja condicionada, propondo ao executivo a alteração da sinalização ali existente. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que o Membro Municipal Manuel Letra entregou um documento à Mesa da Assembleia Municipal, no qual solicitou que, ao abrigo do n.º 3 do art.º 22º do Regimento da Assembleia Municipal, fosse introduzido o assunto da avaliação e reorganização administrativa das freguesias agregadas deste município na Ordem do Dia e a votação dos pontos constantes do mesmo documento. Recordou que, de acordo com o n.º 3 do art.º 22º “Os Membros da Assembleia poderão apresentar proposta fundamentada para apreciação de assunto não referido na Ordem do Dia e que entendam dever ser analisado no decorrer da reunião em curso, mas tal só será possível se dois terços dos seus Membros presentes reconhecerem a urgência na sua apreciação”. Solicitou ao Membro Municipal Manuel Letra a leitura da proposta entregue. -----

Manuel Letra – CDS-PP – Usou da palavra, lendo o requerimento apresentado, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VI, Fls. 3). Referiu que o pedido ora presente foi anteriormente apresentado ao Presidente da Assembleia Municipal mas, por não ter sido entregue com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, o mesmo não foi aceite. Informou que os pontos para discussão e aprovação são: 1. Posição da Assembleia Municipal sobre a agregação das freguesias agregadas; 2. Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal para deliberação sobre posição da desagregação das freguesias; 3. Aprovar a ata em minuta sobre os pontos discutidos; 4.

Enviar a ata em minuta, pelos serviços da Assembleia Municipal, para as seguintes entidades: Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Ministro da Tutela; Secretário de Estado das Autarquias Locais; Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Secretário Nacional dos Municípios; Associação Nacional dos Municípios; ANAFRE (Associação Nacional das Freguesias); Comunicação Social nacional e regional; Todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Colocou à votação a admissão da proposta apresentada para ser incluída no período da Ordem do Dia. -----

Votação: A proposta foi rejeitada a ser admitida na Ordem do Dia da Sessão ao abrigo do n.º 3 do art.º 22 do Regimento da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, com onze votos contra, dos treze Membros Municipais do CDS-PP, e dezasseis votos a favor, dos doze Membros Municipais do PPD/PSD, dos dois Membros Municipais do PS e dos Membros Municipais Manuel Letra e Mário Branco, do CDS-PP. -----

Rúben Coelho – PPD/PSD – Usou da palavra recordando que, na última Sessão da Assembleia Municipal o Membro Municipal Manuel Letra apresentou um pedido, para tornar-se Membro Municipal integrado num grupo independente, que teria de formalizar. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Esclareceu que o Membro Municipal Manuel Letra não formalizou o pedido apresentado. -----

Rúben Coelho – PPD/PSD – Interveio, indicando não ser a primeira vez que a maioria do CDS não aprova a inclusão de assuntos na Ordem do Dia da Assembleia Municipal. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, apresentando uma declaração de voto, indicando que o PS sempre foi favorável à discussão do assunto sobre a organização administrativa porque sempre contestou aquele modelo. A avaliação do processo de organização administrativa é um assunto que o Governo ainda tem em aberto, relativamente ao qual o município deveria ter uma atitude de abertura para a análise das duas freguesias agregadas. Na sua opinião, a Assembleia Municipal deveria participar nesse debate e dar espaço para que os grupos municipais se pronunciassem sobre o assunto, abrindo espaço e estimulando o debate, que deveria ocorrer também nas freguesias que foram agregadas. -----

Rúben Coelho – PPD/PSD – Usou da palavra, apresentando uma declaração de voto, lamentando que o assunto não seja discutido. Da leitura do requerimento apresentado, foi pedida informação sobre a resposta que a Câmara Municipal deu a um inquérito no âmbito deste processo. Referiu que essa documentação deveria ser distribuída aos Membros Municipais. Sendo um assunto a ser discutido com melhor preparação, sugeriu que aquele seja abordado numa oportunidade futura. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Esclareceu que os documentos ora citados foram outrora solicitados por um Membro Municipal do PS. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, apresentando uma declaração de voto, a qual fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VII, Fls. 1). Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP de Albergaria-a-Velha sempre foi contra esta reorganização administrativa e o modo como ela foi efetuada em Albergaria-a-Velha, no âmbito da Lei n.º 11-A de 28 de janeiro de 2013. Continuam a ter a mesma posição, entendendo que deverá haver uma avaliação da reorganização administrativa e que deverá ser corrigida, mas sempre sustentada naquilo que será a vontade popular, provavelmente

através de sufrágio universal, nas freguesias. Nos termos do n.º 2 do artº 50.º da Lei n.º 75/2013, o mesmo apenas deve ser discutido se houver uma reconhecida urgência e, do ponto de vista do CDS, este não parece ser o momento oportuno para a sua discussão, havendo outros momentos. Depois das eleições autárquicas, haverá outra atenção por parte dos órgãos políticos nacionais, distritais e locais. --

Manuel Letra – CDS-PP – Usou da palavra, apresentando uma declaração de voto. Informou ter votado favoravelmente porque sempre defendeu aquilo que aqueles que hoje votaram contra também defendiam, a não agregação das freguesias. Lamentou tal atitude por pretender apenas discutir o assunto, considerando ser oportuno fazê-lo. Referiu haver medo e que o CDS está a mostrar-se centralizador no município. -----

José António Laranjeira – PPD/PSD – Usou da palavra, questionando se, após a proposta apresentada pelo Membro Municipal Manuel Letra, não deveria ter sido possibilitada a discussão ou argumentação sobre a colocação ou não do assunto a votação. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Esclareceu que a proposta é de discussão imediata, votando-se a sua admissão, não havendo lugar a uma discussão prévia. A proposta só é integrada no Período da Ordem do Dia se dois terços dos Membros Municipais aprovarem a sua admissão. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, informando ter votado contra a admissão da proposta porque o Membro Municipal Manuel Letra tem de cumprir com a lei. Considerou que o Membro Municipal esqueceu-se de uma ata da sua Junta de Freguesia, a qual votou favoravelmente. Recordou que essa discussão tem de primeiramente passar pela Assembleia de Freguesia e depois seguirá os trâmites legais. Esclareceu que votará favoravelmente quando o Membro Municipal Manuel Letra fizer as coisas corretamente. Terminou a sua intervenção referindo que ninguém tem medo nem é centralizador, devendo cumprir-se com os princípios. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Interveio, apresentando uma declaração de voto, a qual fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VIII, Fls. 1). -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, informando ter votado a favor porque o assunto em análise não é um problema do CDS, do PSD ou do PS, mas sim de pessoas, felicitando o Membro Municipal Manuel Letra por defender a sua terra com coerência. Lamentou que o CDS não queira discutir esta situação, que não tem qualquer interferência com as eleições autárquicas, entendendo ser uma questão de democracia. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Interveio, referindo entender que a discussão deste assunto pode ser muito mais frutuosa e muito mais enriquecedora, se ocorrer de forma mais tranquila, com a inclusão deste ponto numa Ordem do Dia, com a distribuição prévia de todos os documentos de forma a que todos possam preparar convenientemente a sua discussão. Ato contínuo, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra, manifestando a sua preocupação com os incêndios florestais, questionando o Presidente da Câmara Municipal sobre o que está (ou que virá) a ser feito para prevenção do risco de incêndios. Referiu que, embora existam aceiros ou corta-fogos, não é efetuada a adequada manutenção dos mesmos. Questionou se existem pontos de água em algumas zonas

habitacionais rodeadas de floresta, designadamente em Frossos, Frias, Ribeira de Fráguas e Valmaior. Interrogou ainda de que forma pretende a Câmara Municipal dar formação às pessoas para se protegerem perante a ocorrência de incêndios e que medidas deverão ser tomadas se o fogo assolar as suas localidades. Indicou que a forma de chegar à população é ir aos lugares. Louvou a formação realizada sobre a vespa velutina, na Biblioteca Municipal e, também, em São João de Loure. Todavia, considerou que deveriam tê-la realizado noutras localidades. Relativamente aos incêndios, sugeriu que a formação a realizar seja efetuada pelos bombeiros, que são tão acarinhados pela população e bons conhecedores do terreno, com a colaboração da proteção civil. Questionou que tipo de fiscalização será efetuada perante os proprietários de terrenos florestais que não procedem à sua limpeza, referindo ser conhecedora de cidadãos que solicitaram à Câmara Municipal que a Proteção Civil interviesse, tendo sido informados que o lesado é quem deverá identificar o proprietário do terreno, indicando o seu número de identificação fiscal. No seu entender, as pessoas não se sentem protegidas ao apresentar estas denúncias, muito menos a recolher os dados necessários. Terminou a sua intervenção, destacando ser este um problema que urge resolver. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, manifestando a sua consternação perante a tragédia ocorrida em Pedrogão Grande, no passado fim de semana. Alertou para o facto de a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha não dispor de Técnico Superior de Proteção Civil. Este desiderato era previsível, referindo que o procedimento concursal para o recrutamento deste técnico foi polémico, inclusivamente considerando a acumulação de funções, relativamente à qual chamou a atenção na sessão da Assembleia Municipal de setembro de 2015. Disse ainda julgar que o processo está em tribunal, com decisão a ser tomada para breve, com grande probabilidade de ser desfavorável. Indicou que a presença de um Técnico Superior de Proteção Civil não garante que não existam problemas, mas reduz consideravelmente as probabilidades de alguns acontecerem, garantindo uma resposta mais eficaz perante os acontecimentos que ocorram. Terminou a sua intervenção, referindo que o município se encontra nesta situação por inteira responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, tendo-o advertido anteriormente. -----

Manuel Letra – CDS-PP – Interveio, em defesa de honra, informando ter proposto, em reunião de Junta de Freguesia, que o assunto da reorganização administrativa fosse levado à Assembleia de Freguesia. A maioria dos elementos da Junta de Freguesia recusou tal proposta, tendo sugerido recorrer-se ao referendo, mas que a lei não o permite. Como tal, pelo facto de ser Membro da Junta de Freguesia, considerou não estar impedido de apresentar em Assembleia Municipal os assuntos que entender pertinentes. Indicou que o seu pedido não foi aceite, mas sê-lo-á em setembro. No seu entender, o CDS está a procura de um assunto político, que o próprio não pretendia. Continuou, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que comunicasse à Assembleia Municipal se esteve presente no seminário sobre a descentralização do poder central para os municípios e o que foi nele abordado. Questionou se existe um plano contra incêndios e cheias para o município. Solicitou que fosse facultada a legislação que o município possa ter sobre limpeza nas estradas, designadamente no que respeita às competências do município e em que matéria pode este obrigar as Estradas de Portugal e a Brisa a intervir. Indicou que, num relatório emitido pelos técnicos da Câmara Municipal, estes propuseram possivelmente a demolição da casa da Administração da Fábrica de Papel de Valmaior, um edificado centenário. Lastimou tal atitude, considerando que no passado defendeu-se a

preservação do património público municipal. No seu entender, aquele edificado poderia ter sido protegido e conservado para nele se realizarem muitas coisas. Recordou que quando o ex-Presidente da Câmara Municipal Rui Marques avançou com o projeto de modificação daquele edifício, muitos foram contra. Hoje, todos acham que o edifício cumpre as suas missões, felicitando quem levou para a frente o investimento para preservação do mesmo. Questionou do paradeiro de todo o granito dos beirais, das ombreiras das portas, do rodapé, do chão de granito, que dava acesso da casa dos engenheiros, a nascente, entendendo que a Câmara Municipal deveria ter aberto um processo para declarar de interesse municipal o edifício e a sua chaminé, que é um ícone de Valmaior e do município, tendo sido a sua primeira indústria. Advertiu que, no próximo inverno, a chaminé poderá cair. Questionou se existe algum levantamento e estudo efetuado sobre as empresas instaladas na Zona Industrial de Albergaria-a-Velha e, havendo algumas com elevado grau de perigosidade, se estão ou não sinalizadas. Continuou, referindo que a EN 16, Albergaria-a-Velha–Valmaior–Albergaria-a-Velha não tem bermas escapatórias. Informou haver um traço contínuo de 3 quilómetros onde poderiam ter sido criadas duas bolsas, pelo menos, que permitissem a ultrapassagem de veículos. Recordou que, quando foi anunciada a construção da ecopista, o Presidente da Câmara Municipal informou que iriam cortar na parte de cima para potenciar algum alargamento, por ter sido utilizada a berma onde se encontra localizada a ecopista. Continuou, chamando a atenção para a falta de higienização dos contentores, concluindo a sua intervenção questionando qual a data prevista para a realização dos trabalhos de conservação do pavilhão gimnodesportivo e do Centro Coordenador de Transportes de Albergaria-a-Velha. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo que, no âmbito da agenda cultural do município, pareceu-lhe haver uma gestão pouco adequada entre os eventos promovidos pela Câmara Municipal e pelas associações. Verifica-se a realização de vários eventos de grande mobilização num único mês, como o Festival do Pão, o Albergaria ConVida e o Festival Romano, entre outros, quando poderiam ocorrer entre os meses de junho e agosto, distribuídos de forma mais regular ao longo do tempo. Havendo eventos que ocorram na mesma data, todos saem fragilizados. Solicitou que houvesse uma melhor gestão dos eventos que a Câmara Municipal promove, em articulação com as associações locais, para que todos saiam reforçados na sua participação. Para tranquilizar os albergarienses, em particular da Freguesia da Branca e, para tranquilizar igualmente o CDS, transmitiu não estar prevista qualquer intervenção na A32, destacando que o Governo está a estudar a estratégia a desenvolver, que poderá permitir fazer o estudo do traçado alternativo. -----

Manuel Letra – CDS-PP – Interveio, advertindo o Presidente da Câmara Municipal para o grau de perigosidade da curva sita na Rua do Ribeiro, em Assilhô, concretamente no sentido da rotunda em direção ao Sobreiro, questionando quando irá a Câmara Municipal proceder à correção do problema. Referiu que na entrada de Sobreiro, antes da capela, foi sinalizado o muro ali existente. Todavia, na parte anterior ao cemitério, não existe qualquer meio a sinalizar que aquela estrada é estreita, entendendo que a Câmara Municipal deveria ter negociado com o proprietário, para que, na medida do necessário, se procedesse ao alargamento da via, mais à direita, alertando para este facto por ser uma via muito utilizada. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – Usou da palavra, informando ter ficado satisfeito com as informações dadas pelo Membro Municipal Jesus Vidinha acerca da A32. No entanto, considerou ser

uma decisão puramente política, relativamente ao qual o Senhor Ministro das Obras Públicas Pedro Marques Pereira tem a “faca e o queijo” nas mãos. Na sua opinião, seria importante efetuar imediatamente o levantamento de todas as condicionantes e, de seguida, proceder à elaboração de novo estudo para o novo traçado. -----

Jesus Vidinha – PS – Interveio, esclarecendo que a decisão é política, tanto no atual como no anterior processo. Todavia, o mérito do atual Governo deve-se ao facto de ter utilizado a faca e cortado o queijo no sítio certo, contrariamente ao anterior Governo. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, informando que na Freguesia de Angeja, as pequenas obras de manutenção que não são feitas denigrem a imagem da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, mas que são da responsabilidade da Câmara Municipal e vão se fazendo muito lentamente. Referiu haver muita dificuldade em conseguir o apoio dos colaboradores da Câmara Municipal por estarem envolvidos nos festivais, concordando com a intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha. Informou ter havido um torneio de pesca, tendo sido limpos 50 a 60 metros do espaço Polis junto ao rio, de acordo com o que foi possível, mantendo-se a restante vegetação. Advertiu para esta questão por tratar-se do primeiro cartão-de-visita do município. Enumerou alguns problemas que se verificam na Freguesia de Angeja, tais como os pilaretes que se encontram à frente da igreja e das escolas que se vão partindo, o tanque da praça que permanece a largar água e os degraus da Praça da República, que se encontram partidos. Reconheceu e felicitou o trabalho efetuado pela Câmara Municipal no Jardim Dr. Jaime Portugal, referindo, que existem ainda pequenas intervenções que ainda devem ser feitas. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, esclarecendo sentir-se ofendido na sua honra porque o Membro Municipal Manuel Letra mentiu de uma forma leviana. Todos lhe reconhecem superioridade intelectual, não reconhecendo, porém, que a sua proposta seja imposta a todos os Membros Municipais da bancada e que aquela tenha de ser aprovada. O Grupo Municipal sempre lhe disse estar disponível para o apoiar, mas primeiramente o assunto da reorganização administrativa deveria ser apoiado numa vontade popular. Não sendo possível fazê-lo através de um referendo, pelo menos deveria haver uma discussão na Assembleia de Freguesia, para que seja possível discutir, de forma mais clara e consentânea, sobre aquilo que é a vontade popular, tendo em consideração que, com o decorrer do tempo, as coisas alteram-se. Referiu não lhe parecer da vontade popular ter essa discussão no presente momento. Terminou a sua intervenção, indicando vir a solicitar que, na próxima Assembleia Municipal, seja presente a ata da Junta de Freguesia da qual o Membro Municipal Manuel Letra fez parte, na qual foi deliberado que o assunto da reorganização administrativa deveria ser levado à Assembleia de Freguesia. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Interveio, referindo entender que o CDS deverá resolver os seus problemas em sede própria, solicitando que, no uso da palavra, não surja o efeito *pingue-pongue*.

Manuel Letra – CDS-PP – Interveio, esclarecendo ter proposto à Junta de Freguesia a discussão do assunto e que o mesmo fosse encaminhado para a Assembleia de Freguesia, contudo, os quatro membros da Junta de Freguesia votaram contra a sua petição. Terminou a sua intervenção, referindo não poder ser impedido de apresentar proposta para discussão na Assembleia Municipal, enquanto Membro deste órgão. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entender pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou que fosse dada a palavra ao Senhor Vereador Delfim Bismarck para intervir em relação ao assunto da Fábrica de Papel de Valmaior. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, esclarecendo que quando o atual executivo iniciou funções, a casa da Administração da Fábrica de Papel de Valmaior já se apresentava em estado avançado de degradação, ameaçando ruína. Na altura, foi provisoriamente escorada para o efeito. No orçamento de 2014, ficou prevista uma verba de aproximadamente € 57.000,00 para iniciar a recuperação da casa, se tal fosse possível. O inverno foi altamente chuvoso, pelo que a entidade *Estradas de Portugal* notificou a Câmara Municipal para demolir ou intervencionar o edifício, pois este apresentava perigo eminente. Foi constituída uma comissão para fazer a análise técnica do edifício, que emitiu parecer unânime a favor da sua demolição. Por esse motivo a casa da Administração foi demolida, esclarecendo, ainda, não se tratar de uma casa centenária. Informou que, em Portugal, o tipo de classificação pode ser solicitada por qualquer cidadão, órgão local, associação, etc e o Membro Municipal Manuel Letra nunca apresentou qualquer pedido enquanto Presidente de Junta de Freguesia, Membro de associações e/ou cidadão. Informou ainda que uma aluna da Universidade de Aveiro está a realizar um estudo, no âmbito da sua tese de mestrado, para verificar qual é a parte original construída em tijolo, a fim de apresentar um projeto de salvaguarda da chaminé. Esclareceu que esta já não é a original, porque foi reconstruída, sendo mais curta comparativamente à inicial. O Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro é liderado pelo Professor Doutor Eng.º Aníbal Costa, pessoa conceituada nesta área, em Portugal. Terminou a sua intervenção, clarificando que a Câmara Municipal não tem a posse total do edifício, porque foi celebrado um contrato de comodato com uma associação que é, neste momento, a responsável pela gestão do espaço. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando que, para minimizar os incêndios no município, existe o plano de defesa contra incêndios aprovado pelas várias entidades e foram recuperados alguns pontos de água. Clarificou haver um projeto, cujo concurso foi lançado conjuntamente com os Municípios de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, para melhorar um conjunto de quilómetros nos mesmos, de forma a ser valorizado e conseguir ter maior sucesso de candidatura. A Associação Florestal do Baixo Vouga está a coordenar os trabalhos e, na próxima terça-feira, vão ter operacionais no terreno para definir essas intervenções. Em relação às campanhas de sensibilização, informou que o Gabinete de Proteção Civil e Florestal, em conjunto com o CLDS, vai promover campanhas de sensibilização da população nas freguesias. Também no evento Albergaria ConVida serão distribuídos flyers como forma de sensibilizar os cidadãos para a temática dos incêndios florestais. Haverá ainda uma campanha de recolha de donativos, que reverterão a favor das vítimas dos incêndios. Estas ações estão a ser preparadas pela Vereadora Catarina Mendes. Na Expoflorestal também houve algumas medidas de sensibilização. No que respeita à fiscalização, informou a Membro Municipal Ludovina Silva poder existir algum erro em determinado procedimento, solicitando que o informe. A Câmara Municipal tem o cuidado de pedir ao fiscal municipal que identifique o proprietário, quando tem de o notificar. No que respeita ao assunto do Técnico da Proteção Civil, esclareceu ao Membro Municipal Luís Fernando Oliveira que a decisão tomada relativamente à contratação do mesmo teve como suporte o parecer da CCDR-C, constante dos Documentos de Prestação de Contas

do Município de Albergaria-a-Velha, relativos ao exercício de 2016, informando que na ausência do Técnico da Proteção Civil, assumirá a responsabilidade. Todos os planos estão bem elaborados e, em termos operacionais, as coisas estão montadas, tendo capacidade para dar resposta capaz aos flagelos que possam ocorrer. Esclareceu o Membro Municipal Manuel Letra que, ao descer da Capela de Santo António, poderá verificar que a Câmara Municipal já colocou um gradeamento do lado direito e construiu um muro do lado esquerdo e o devido passeio, tendo melhorado a segurança de ambos os lados. Informou ainda ter sido limpa a linha de água, trabalho que não era feito há uma década. Informou também que lhe será enviada a legislação solicitada. Sobre a recolha dos resíduos urbanos, confirma-se que, em alguns períodos, a empresa deixou de cumprir com o estabelecido, sendo atualmente a limpeza efetuada com maior frequência. Em relação à conservação e recuperação do pavilhão gimnodesportivo, informou já terem lançado o concurso para o efeito, esclarecendo que a Câmara Municipal teve de aguardar porque a candidatura inicialmente aberta era destinada aos municípios, mas o Governo alterou os seus destinatários e optou por dar poderes às próprias associações. Sobre o Centro Coordenador de Transportes, referiu que os colaboradores da Câmara Municipal estão a trabalhar no terreno. Antes chovia dentro do edifício, o que já não acontece. Informou o Membro Municipal Jesus Vidinha haver uma elevada oferta de eventos, havendo a necessidade de uma programação mais concertada entre as associações. Acrescentou haver, inclusive, associações a concorrer entre si, recordando ter havido três festivais de folclore no mesmo dia. As associações deverão ter como objetivo comum criar os projetos em parceria, mas será, de certo, um processo demorado. Sobre o assunto do traçado da A32, o CDS sempre foi coerente e, enquanto Governo, ter-se-á de assumir que anteriormente este processo poderia ter sido encerrado. Informou ter tido a colaboração de todos os Presidentes das Câmaras Municipais que constituem a CIRA, sendo solidários quanto ao levantamento da condicionante e sempre defenderam o canal alternativo. Clarificou que, em parceria com as Câmaras Municipais de Águeda e de Sever do Vouga, sempre trabalharam na perspetiva do traçado alternativo. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, esclareceu que a Câmara Municipal já efetuou outras intervenções, agradecendo a sua colaboração. Disse ainda ter sido adquirida a casa sugerida pelo Presidente da Junta de Freguesia, constituindo uma alternativa de estacionamento. Confirmou que há muito mais a fazer, mas que a redução de colaboradores no exterior cria alguns constrangimentos em determinados momentos, considerando a coexistência de outros trabalhos. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que o parecer da CCDR-C referido pelo Presidente da Câmara Municipal não assegura a acumulação de funções, do seu ponto de vista, sugerindo a consulta da ata de setembro de 2015. Terminou a sua intervenção, mencionando que, por muita experiência que tenha, o Presidente da Câmara Municipal não dispõe do "know-how" técnico exigido para a função de Técnico Superior de Proteção Civil. -----

Manuel Letra – CDS-PP – Interveio, recordando não ter sido esclarecido se o Presidente da Câmara Municipal esteve presente no seminário sobre a descentralização do poder central para os municípios e o paradeiro da cantaria da casa da Administração da Fábrica de Valmaior. Clarificou que os técnicos da Câmara Municipal indicaram ser prudente a demolição parcial da fachada do edifício confinante com a EN-16-3 com a brevidade possível até à altura das padieiras, não a totalidade do edifício. Entende que o assunto foi tratado de forma muito simplista. A fachada deveria ter sido escorada, estabilizada e

amarrada com ferro, preservando aquele espaço. O vereador Delfim Bismarck, enquanto membro da ADERAV, deveria ter defendido a preservação daquele edifício, que é património do município. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra, indicando que uma denúncia cria uma guerra, sendo mais penosa que o risco do incêndio, podendo até haver desacatos entre as pessoas. Por este motivo, os cidadãos acabam por não fazê-lo, correndo-se o risco de se verificarem incêndios. Referiu entender que a denúncia não tem de partir dos lesados, mas sim da fiscalização, dando lugar a coimas para quem não limpa os terrenos florestais e que a fiscalização tem de incidir sobre os locais onde as habitações estão rodeadas de mata. -----

Rúben Coelho – PPD/PSD – Interveio, felicitando o executivo municipal por integrar novamente as bandas locais no palco principal do evento *Albergaria ConVida*, que deixaram de constar do seu programa nos últimos três anos. Advertiu para a necessidade de limpeza dos contentores, que se reveste da maior importância, especialmente na época de verão em que, devido às temperaturas elevadas, os odores aumentam. Referiu que na semana anterior ao evento *Festival do Pão*, assistiu à limpeza de algumas vias principais do município, nomeadamente na Cidade de Albergaria. Indicou que seria igualmente desejável que todas as ruas estivessem limpas, alertando para a existência de vias secundárias que se encontram por limpar, como também já indicou o Presidente da Junta de Freguesia de Angeja. Considerando a boa situação financeira que o atual executivo herdou, como também já assumido pelo Presidente da Câmara Municipal, que levou a autarquia a contribuir para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), solicitou que o Presidente da Câmara Municipal o informasse sobre o montante referente a essa contribuição. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Interveio, informando que na presente data a Junta de Freguesia enviou um e-mail para a Câmara Municipal, apresentando um conjunto de situações críticas e muito perigosas, existentes na Freguesia de Angeja, referente a silvados que rodeiam habitações. A Junta de Freguesia dispõe dos contactos de alguns proprietários, mas não de todos e, noutras situações, desconhece-se o proprietário. Alertou para a urgente necessidade de atuação da Câmara Municipal face ao pedido enviado. Esclareceu tratar-se de um problema muito grave que existe na Rua Sto António e na Rua Dr. Augusto Castro, que tem que ser visto rapidamente. Terminou a sua intervenção, sugerindo que a fiscalização deve estar atenta inclusivamente no inverno e não apenas na época mais crítica. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim – Usou da palavra, informando que no período anterior à realização do evento *Expoflorestal*, as máquinas da Câmara Municipal efetuaram trabalhos na freguesia durante dois dias. Todavia, o trabalho que foi solicitado para intervenção em caminhos agrícolas e florestais, ficou a meio, tendo os colaboradores da autarquia indicado que teriam serviço a realizar na *Expoflorestal*, em abril. Entretanto decorreram os eventos do Festival do Pão e o Albergaria Convida. Alertou para a necessidade de intervenção em alguns caminhos, designadamente no Caminho da Maruja, do Mortório e, principalmente, no caminho das Chuengas, que está intransitável. Provavelmente, devido aos festejos, os colaboradores não deram continuidade aos trabalhos ora iniciados, advertindo para a elevada importância da sua conclusão, tendo em consideração a época dos incêndios e dos trabalhos agrícolas. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, questionando o Presidente da Câmara Municipal se as Juntas de Freguesia não têm a possibilidade de decidir sobre a reparação do tipo de caminhos ora

enunciados. Informou que os caminhos vicinais são da responsabilidade e competência da Junta de Freguesia. Questionou ainda se não foi protocolado algo com as Juntas de Freguesia para atuarem, nos casos em que a Câmara Municipal não disponha dos meios necessários. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, esclarecendo que todas as Juntas de Freguesia têm alguma autonomia para resolver o problema de alguns caminhos. Todavia, algumas Juntas de Freguesia têm menos material, máquinas e equipamentos da Câmara Municipal disponíveis. Indicou serem os próprios funcionários da autarquia que informam que para a Branca e Albergaria-a-Velha vão muitas máquinas, tout-venant, etc. Acrescentou que há sinalização que é posta nuns locais, noutros não, existindo pedidos de sinalização efetuados há mais de 1 ano que aguardam resposta. O Membro Municipal Arménio Silva já se candidatou a Presidente da Junta de Freguesia, porém, não tendo sido eleito, não poderá colocar em causa os Presidentes de Junta de Freguesia, que são pessoas de boa-fé, que acumulam com a sua atividade profissional o trabalho da Junta de Freguesia. Informou que a Junta de Freguesia de Angeja pode não ser tão prejudicada como algumas, mas o mesmo não se verifica noutras Juntas de Freguesia. A Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior tem a vantagem de estar na cidade, tendo o trabalho feito, o que não acontece nas demais freguesias. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim – Usou da palavra, referindo que a Freguesia de Alquerubim é muito prejudicada no que respeita às máquinas, porque estas estão ao serviço da freguesia apenas quando existe alguma feira ou festa, ou no âmbito do tempo atribuído às freguesias. Em defesa de honra, esclareceu que apresenta os pedidos, mas a freguesia é penalizada. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, indicando parecer-lhe injusto o que tem sido dito, transparecendo a ideia de que este executivo beneficia umas freguesias em detrimento de outras. Recordou ter havido uma hostilidade patente, no passado, sobre alguns Presidentes de Junta de Freguesia, designadamente o atual Membro Municipal Manuel Letra e a Presidente da Junta de Freguesia Emília Campos. -----

Rúben Coelho – PPD/PSD – Interrompeu a intervenção, apresentando um ponto de ordem à Mesa. Solicitou a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal considerando que o discurso ora apresentado repete-se em todas as sessões. Indicou que os atuais Membros Municipais estão aqui presentes para discutir o mandato 2013-2017 e não os anteriores mandatos, considerando já ter sido dito nesta Assembleia Municipal que Albergaria-a-Velha tem de andar para a frente. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Interveio, esclarecendo que, por vezes, para haver uma perspetiva completa, é necessário rever a história, não o chocando que alguém tenha de abordar o passado para contextualizar o presente. Entende que o Membro Municipal do CDS tem direito de fazer alguma relatividade para se localizar no tempo e no espaço. A história é uma continuação de momentos e, desde que as intervenções não sejam ofensivas, será pertinente que se revise o passado. Deu a palavra ao Membro Municipal Paulo Silva. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Continuou, lamentando a colocação de um ponto de ordem à Mesa, interrompendo-se as intervenções dos Membros Municipais, demonstrando a falta de respeito enorme que existe, afirmando também não ter sido Membro da Assembleia Municipal no passado mandato. Tendo o Membro Municipal participado nas reuniões do Regimento deste órgão, deveria ter mais conhecimento, no mínimo, das regras básicas de educação, não interrompendo quando alguém fala,

muito menos tratando-se de uma intervenção política e pública. Continuou, referindo o tratamento hostil do anterior Presidente da Câmara Municipal perante alguns Presidentes de Juntas de Freguesia. Entende que esta comparação tem de ser feita, por pertencer a um passado recente. Atualmente há um tratamento muito mais amistoso, próximo, demonstrando maior preocupação, colaborando diretamente com os Presidentes de Junta de Freguesia, mantendo-se a porta aberta. A postura deste Presidente da Câmara Municipal, quer nas Assembleias Municipais, quer na Câmara Municipal, demonstra uma atitude de grande humildade, em consonância com os autarcas das freguesias, lamentando as intervenções aqui feitas, que são ataques pessoais. -----

Jesus Vidinha – PS – Interveio, recordando que o anterior Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, referia que os deputados tinham direito ao à parte mas não à vozearia. O à parte é um direito que assiste a todos os Membros Municipais, mas não a vozearia. -----

Rúben Coelho – PPD/PSD – Esclareceu ter pedido a palavra anteriormente em defesa da honra, indicando também não ter participado em qualquer reunião para a revisão regimental, não lhe devendo ser atribuído esse reparo, muito menos a falta de respeito ou de educação, porque nesta Assembleia Municipal sempre falou dentro do seu tempo. Esclareceu que as figuras de ponto de ordem à Mesa estão devidamente previstas no Regimento da Assembleia Municipal. Por ter considerado que o Membro Municipal se afastara do tempo e do conteúdo, chamou a atenção para esse facto. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra esclarecendo que, na sua intervenção anterior, e nesta Assembleia Municipal, nunca atacou ninguém, tendo-se defendido sempre que foi atacado. Quando questionou a abordagem da Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim, fê-lo para refletir-se sobre o assunto, não com o intuito de criticar o autarca. Esclareceu ter perdido aquando da sua candidatura a Presidente da Junta de Freguesia com honra. Solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia de Angeja que não lhe atribua deméritos porque não sabe o que o próprio já fez pela freguesia, não admitindo também que fale injustamente das pessoas quando lhe apetece. Recordou terem lutado arduamente para que houvesse equilíbrio na distribuição dos recursos pelas Juntas de Freguesia, estando convicto de que houve abertura. Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que informasse se todos os Presidentes das Juntas de Freguesia têm ou não instrumentos disponíveis que lhes permitam reparar os caminhos em igualdade de circunstâncias. -----

Rui Marques – CDS-PP – Usou da palavra, referindo que o Regimento é excessivamente restritivo e até injusto. O Membro Municipal Manuel Letra tem direito a falar, não podendo, todavia, ocupar a totalidade do tempo de um grupo municipal com o qual já não se identifica. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Esclareceu estar a agir-se de acordo com aquilo que está explanado na lei. -----

Rui Marques – CDS-PP – Interveio, referindo bastar que um ou mais elementos deixem de se identificar com o grupo, que perturba de imediato todo o seu trabalho. Considerou interessante a intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha quando se referiu à Assembleia da República, cujo regimento é menos restritivo que o da Assembleia Municipal, no qual é permitida a transferência de tempo entre partidos, havendo muitos à partes. Indicou que os à partes trazem à memória factos antigos para chamar à razão os partidos, para verificarem a contradição em que estão a cair. Referiu verificar-se neste órgão local que o passado é recordado apenas quando há interesse. Terminou,

indicando que o passado faz parte da história, é um ensinamento, sendo também importante utilizar esses conhecimentos para as intervenções futuras. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, referindo ter sido positivo ouvir o Membro Municipal Rui Marques. Em defesa da honra, informou nunca ter atacado o Presidente da Câmara Municipal ou a sua pessoa, António Loureiro, conforme foi referido nesta Assembleia Municipal.

Sandra Mortágua – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que no dia 19 de junho a Câmara Municipal foi alvo de buscas da Polícia Judiciária. Este facto foi divulgado pela comunicação social, na qual foi transmitido, por uma fonte de informação de Albergaria-a-Velha, não ter sido levado da autarquia nada de especial. Desconhecendo essa fonte, pede ao Presidente da Câmara Municipal que informe se aquela informação corresponde à verdade e, em caso afirmativo, questionou o que poderão considerar ser “nada de especial”. -----

Miguel Meireles – PPD/PSD – Interveio, indicando não ter sido dada resposta à questão colocada sobre o FAM, mais questionando quem e quantos são os credores com dívida vencida e qual o montante em dívida, na data da tomada de posse do atual executivo. Recordou que o Presidente da Câmara Municipal enunciou ter captado muitas empresas para a Zona Industrial e questionou quais as novas construções que surgiram na Zona Industrial, que não correspondam a ampliação de empresas já existentes, quantas e qual a dimensão de novas vias e/ou infraestruturas abertas pela autarquia para expandir a Zona Industrial no presente mandato. Considerando que o Presidente da Câmara Municipal queixa-se que não realiza mais obras porque a oposição o impede, solicitou que o informasse quantas e quais as propostas que foram chumbadas pelos votos da oposição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Manifestou a sua preocupação a questão das buscas efetuadas pela Polícia Judiciária, questionando se foram apreendidos bens do município. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou que fosse dada a palavra ao Senhor Vereador Delfim Bismarck para intervir em relação ao evento Albergaria ConVida. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, informando o Membro Municipal Rúben Coelho ter sido opção do executivo não constar no programa do referido evento as bandas de apoio nos primeiros anos. Esclareceu que quando existem bandas grandes, o *check-sound* é efetuado apenas ao final da tarde e, com instrumentos colocados no palco, pelo que não lhes é permitido proceder a alterações para a atuação prévia de outra banda. Indicou que no presente ano foi possível introduzir bandas locais no programa do evento porque as bandas principais permitiram efetuar pequenas alterações. Terminou a sua intervenção, indicando que o *Albergaria ConVida* é o maior evento do município, em alguns aspetos, mas, no que respeita à adesão do público, o maior evento é a *Expoflorestal*, seguindo-se o *Festival do Pão*. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando o Membro Municipal Arménio Silva que atualmente as Juntas de Freguesia têm uma ferramenta que anteriormente não dispunham, de modo a criar um equilíbrio. As máquinas vão para as Juntas de Freguesia em função das urgências. Clarificou haver menos colaboradores ao serviço no exterior, terem havido mais avarias nas máquinas e que um dos operadores de máquina esteve de baixa por um longo período. Devido às condicionantes atrás enumeradas, verifica-se um atraso nos trabalhos a realizar e por isso está-se a reforçar a equipa do exterior para dar resposta de forma mais atempada às solicitações das Juntas de Freguesia. Em resposta à intervenção da Membro Municipal Ludovina Silva, mencionou que deveria haver coragem

para alargar as competências das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em matéria de proteção civil, incluindo as competências de fiscalização, entendendo que o Governo terá de dar essa autonomia e que se encontram já criadas as condições para que a Assembleia da República elabore a devida legislação que permita dar mais poder para, de forma enérgica, resolver um conjunto de condicionantes. Informou os Membros Municipais Rúben Coelho e Miguel Meireles que a Câmara Municipal contribui para o FAM durante três anos, no montante de € 318.318,00 Esclareceu depois o Membro Municipal Miguel Meireles que os números são oficiais, indicando que dos dezanove municípios do Distrito de Aveiro, Albergaria-a-Velha foi o município onde o desemprego mais diminuiu. O Grupo A. Silva Matos criou mais duas empresas em Albergaria-a-Velha. O PSD indicou que a empresa Polivouga iria instalar uma nova unidade no Município de Estarreja, tendo-se esquecido que a expansão daquela empresa foi possível com a colaboração do PS e o CDS. Indicou que também o Grupo Prifer está a aumentar. Houve um aumento das empresas em Albergaria-a-Velha superior a 4%. Informou ainda ter havido uma diminuição de 45% do nível de desemprego, comprovando-se através da receita do IMT. Sobre a vinda da Polícia Judiciária ao município, esclareceu que o executivo se encontra tranquilo, tendo informado que um dos processos foi arquivado, que resultou da intervenção do PSD, o qual procedeu à entrega de atas ao Ministério Público. Esclareceu não ter havido qualquer tipo de chamada de atenção ao Presidente da Câmara Municipal. Indicou também terem sido entregues nas instâncias superiores perguntas que foram anteriormente apresentadas pelo Grupo Municipal do PSD, em Sessão da Assembleia Municipal. A Polícia Judiciária dirigiu-se à autarquia, estando o processo arquivado. Mais entregou uma declaração emitida pelos serviços da Câmara Municipal, a qual fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo IX, Fls. 1) na qual consta não terem sido processados quilómetros em nome de António Augusto Loureiro Santos, Presidente da Câmara Municipal, que foi uma das calúnias levantadas na Polícia Judiciária. Em relação à última investigação efetuada por aquele órgão criminal, informou estar tranquilo, esperando que também assim esteja o PSD. -----

Sandra Mortágua – PPD/PSD – Interveio, informando não ter sido esclarecido se foi levado algum pertence da Câmara Municipal no âmbito das buscas efetuadas pela Polícia Judiciária. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando estar obrigado ao sigilo que as investigações exigem, estando tranquilo. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que, no que respeita aos números do desemprego é do conhecimento que, no final do ano, o IEFP apura toda a informação e aquele número é reduzido. Recordou que, no passado, na altura da crise, o IMT aumentou devido ao facto de as empresas recorrerem ao mecanismo do *factoring*. -----

Miguel Meireles – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que na primeira vez que participou na Assembleia Municipal, neste mandato, ficou extraordinariamente triste por ter assistido ao levantamento de insinuações, várias vezes, por determinados Membros Municipais. Recordou já ter requerido ao Presidente da Assembleia Municipal que remetesse todas as insinuações levantadas para o Ministério Público, a fim de proceder às devidas averiguações. Indicou ser da competência da Justiça averiguar se o Presidente da Câmara Municipal cometeu ou não alguma ilegalidade no âmbito das despesas de representação. A Assembleia Municipal tem as suas competências, tal como a justiça. Recordou ter colocado questões muito concretas, nomeadamente, “foram ou não apreendidos bens do município no

âmbito das buscas da Polícia Judiciária efetuadas no Município?”, “quem e quantos eram os credores com dívida vencida e o montante em dívida, quando o executivo tomou posse?”, “quais as novas construções que surgiram na Zona Industrial, que não correspondam a ampliações daquelas já existentes?”, “quantas e qual a dimensão de novas vias e/ou infra-estruturas abertas pela autarquia para expandir a Zona Industrial neste mandato?” e “quantas e quais as propostas do Presidente da Câmara Municipal foram chumbadas pelos votos da oposição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal?”. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que as respostas dadas já foram objetivas e os resultados falam por si. O Grupo A. Silva Matos abriu mais duas empresas em Albergaria-a-Velha. Há outras empresas que adquiriram novos terrenos e armazéns, havendo outras a instalar-se, podendo facultar essa listagem. Referiu que quando o atual executivo tomou posse, o Vale da Laje era um arruamento fantasma e, atualmente, está ocupado por novas empresas. Informou haver ainda uma ampliação de empresas, tendo sido possível apenas com a revisão do PDM. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Interveio, sobre o que foi enunciado pelo Presidente da Câmara Municipal com base no Decreto Lei n.º 124/2006, esclarecendo que a questão da *distância de 10 metros da via* versa sobre questões de gestão de combustível e não de corte de árvores, cuja responsabilidade é do Presidente da Câmara Municipal, excetuando-se as estradas nacionais, que são da responsabilidade da entidade *Infraestruturas de Portugal, S.A.*, devendo, porém, a autarquia fiscalizá-la. No seu entender, a Câmara Municipal já deveria ter efetuado diligências no sentido da limpeza do corredor que aquela entidade não liberta. Advertiu, todavia, não ser daquela forma que se coloca termo aos fogos. Referiu que no anexo do Decreto-Lei supra referido não é feita menção ao facto de a habitação estar naquela área, antes ou depois. O Presidente da Câmara Municipal é quem deve atuar em consonância. Informou ter de se respeitar a distância de 5 metros entre as habitações e as copas das árvores. Terminou a sua intervenção, referindo que o Presidente da Câmara Municipal não tem ao serviço um Técnico de Proteção Civil, mas sim um avençado que não deveria estar nos gabinetes da autarquia, utilizar viaturas municipais e haver uma relação hierárquica. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, deu por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia, passando de imediato ao período da Ordem do Dia. -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de 21.04.2017 e da Sessão Extraordinária de 25.04.2017; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou inscrições relativamente ao ponto 1 da Ordem do Dia, recordando que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, solicitando correções à ata da Sessão Ordinária de 21.04.2017, designadamente: na linha 171 da página 5, onde se lê “a falta de higiene na recolha” deve ser corrigido para “a falta de higiene nos locais de recolha”; na linha 189 da página 5, onde se lê “associação de futebol que organiza eventos” deve ser corrigido para “associação de futebol quando organiza eventos”; na linha 361, da página 10, onde se lê “não verifica os projetos de reabilitação” deve ser corrigido para “não se encontram mencionados os projetos de reabilitação”. -----

José António Laranjeira – PPD/PSD – Usou da palavra, solicitando alterações à ata, por verificar que as suas intervenções estavam bastante resumidas, tendo entregue um documento, que leu, contendo as sugestões de alteração, o qual se anexa à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Anexo X, fls. 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que as alterações solicitadas correspondem à gravação áudio, aceitando os pedidos apresentados. Esclareceu pretender que as pessoas se revejam na ata, embora ressalvando que esta deve ser um resumo do essencial que se passou na Sessão. Solicitou aos Membros Municipais que contactem de imediato os serviços de apoio à Assembleia Municipal sempre que não consigam abrir as atas ou qualquer documento. Mencionou que a ata é enviada com a antecedência de 8 dias, quando a lei obriga ao seu envio apenas com a antecedência mínima de 48 horas, para que os Senhores Membros Municipais a revejam com tempo, por se ter em conta que todos os Membros Municipais têm a sua vida profissional, analisando as atas no tempo dedicado à família. -----

Votação: Foram colocadas as atas das Sessões a votação, de forma cronológica, estando presentes os vinte e sete Membros da Assembleia Municipal. -----

A ata da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos doze Membros Municipais do CDS-PP, de sete Membros Municipais do PPD/PSD e dos dois Membros Municipais do PS. Abstiveram-se os Membros Municipais Luís Fernando Oliveira e Miguel Meireles, do PPD/PSD. Não participaram na votação da presente ata os Membros Municipais Mário Oliveira e Sílvia Martins do PPD/PSD; Paula Silva e Vítor Silva, pelas Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior e de São João de Loure e Frossos, respetivamente, por não terem estado presentes na sessão a que ela respeita. -----

A ata da Sessão Extraordinária de abril da Assembleia Municipal foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação da presente ata os Membros Municipais Rui Marques, Arménio Silva e Filipa Rodrigues, do CDS-PP; Mário Oliveira e Sílvia Martins do PPD/PSD; Ludovina Silva, do PS; Paula Silva e Vítor Silva, pelas Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior e de São João de Loure e Frossos, respetivamente, por não terem estado presentes na sessão a que ela respeita. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou aos Membros Municipais que, quem ainda não tenha tido acesso ao opúsculo “A Assembleia Municipal e os seus Membros - 1977-2017. 40 anos em Democracia”, devem solicitá-lo junto dos serviços de apoio à Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2: -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entender pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando estar disponível para prestar os esclarecimentos que os Membros Municipais solicitem. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que ao ler a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no âmbito das empreitadas, verificou que a empreitada “arruamento

de ligação da Rua do Hospital à Rua Castro Matoso – 1ª fase” foi efetuada através de ajuste direto no valor de, aproximadamente, € 97.000,00. Referiu estar novamente na presença de um expediente usado também nas obras da Quinta do Torreão, que se baseia na subdivisão da intervenção a realizar em empreitadas, por fases, para que esses valores sejam inferiores ao valor limite do ajuste direto. Recordou já ter denunciado esta situação em sessões anteriores da Assembleia Municipal, referindo que o Presidente da Câmara Municipal agrava esta metodologia, não esgotando a irregularidade nesta subdivisão, violando também o limite do ajuste direito por adjudicatário, no ano em curso, e nos dois anos económicos anteriores. Esta violação do limite do ajuste direito por adjudicatário não se limita a um único adjudicatário. Perante esta situação, solicitou que o Presidente da Assembleia Municipal proceda ao apuramento desta situação e aja em conformidade. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo considerar, de igual modo, ser muito relevante o número de concursos por ajuste direto, percebendo que algumas obras são fragmentadas para permitir esta medida concursal. Todavia, espera que não se obtivesse um melhor preço, caso se utilizasse a figura do concurso público. Afirmou que nunca lembraria ao PS trazer a esta Assembleia Municipal assuntos que estão a decorrer em segredo de justiça, muito menos, fazer política com base nos mesmos processos. Referiu que todo o processo se iniciou numa Câmara Municipal vizinha, onde figuras gradas do PSD foram presas no seguimento das averiguações da Polícia Judiciária, recomendando ao PSD não tentar fazer política com base em processos judiciais, o que nunca deu bons frutos em termos eleitorais. Recordou ter informado na primeira sessão de abril desta Assembleia que, em resultado das políticas do atual Governo, se verificou um crescimento do setor da construção, tendo aquela afirmação dado lugar a uma grande gargalhada por parte de um vereador. Por conseguinte, apresentou o último relatório do Instituto Nacional de Estatística, no qual está evidenciado que a partir do 1.º trimestre de 2016 houve um aumento dos edifícios licenciados em construções novas, esperando que esta informação chegue ao conhecimento do vereador. Sobre a ecopista Angeja-Frossos, uma das intervenções defendida pelo PS, verifica que ainda está em situação de estudo, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que informe se aquela vai ser executada no presente ano de exercício. No seguimento da abertura da nova artéria, da Rua Castro Matoso à Rua do Hospital, que era uma pretensão antiga, recordou que no centro da freguesia ainda se verifica a ausência de passeios no núcleo urbano da cidade, que são questões primárias. No que respeita à limpeza manual e mecânica das vias, indicou tratar-se apenas de uma remoção do coberto vegetal, porque os resíduos permanecem no local. O PS felicita a Câmara Municipal por ter estabelecido um contrato para a aquisição de viaturas elétricas, mas gostaria que tal correspondesse a uma política ambiental no município, que não existe. Continuou, referindo que existem muitos problemas ambientais no município, alguns preocupantes e constantemente apresentados nesta Assembleia Municipal. Recordou que junto da EM 16-3, no IC2, e um pouco por todo o município existem lixeiras, entulhos e resíduos sólidos urbanos nas bermas da estrada, degradando a imagem do município, contaminando o ambiente, pelo que esta situação deveria preocupar a Câmara Municipal. Nas florestas, também se verificam inúmeras lixeiras, assumindo maior preocupação quando presentes nas áreas ecologicamente sensíveis, como o Baixo Vouga e Pateira de Frossos. Em São Marcos e Fermelã o mesmo se verifica. Na época de incêndios, a carga térmica é muito maior, sendo mais um contributo para que, em caso de incêndio, a gravidade seja maior. Referiu ainda que no Baixo Vouga, designadamente nas Freguesias de São João

de Loure e Frossos e de Angeja, os entulhos são utilizados para reparar os caminhos agrícolas, questionando quem garante a sua qualidade. Na sua opinião, tal poderia ser feito, mas de forma controlada e a Câmara Municipal deveria definir os locais, dentro do município, onde os entulhos pudessem ser colocados, sugerindo que seja feito um controlo da qualidade dos entulhos para não haver contaminações, inclusive para o Rio Vouga. Apontou os ecopontos como sendo aquilo que de mais desagradável existe no município, pela falta de higiene em seu redor e a sua má disposição. Referiu que nos quatro anos de mandato, a Câmara Municipal não teve uma política de sensibilização para a separação dos resíduos sólidos. Alertou para a forma como são explorados os recursos de pesca nos rios existentes em Albergaria-a-Velha, mencionando que as artes de pesca da lampreia no Rio Vouga não respeitam a lei. Pese embora não seja competência da autarquia, entende ser sua obrigação estar atenta a esta situação para manter a sua biodiversidade. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, em defesa da honra, por ter sido citado, indiretamente, tendo sido mencionado que estaria a fazer política com assuntos judiciais. Informou o Membro Municipal Jesus Vidinha que já teve este tipo de intervenção há cerca de dois anos, sendo abusivo da sua parte tentar assacar intenções à sua pessoa, que não existem, já que tem sido sempre coerente nas suas intervenções ao longo do tempo. Falou deste tema, quando foi no caso da Quinta do Torreão. Ficou a saber, através da intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha, quais são as investigações em curso, que desconhecia. Referiu que ser membro do PSD, do PS ou do CDS-PP não retira a obrigatoriedade de cumprir com a legislação em vigor. Terminou a sua intervenção, referindo não ser verdadeira a afirmação “o Membro Municipal Luís Oliveira faz política com questões judiciais” porque quem normalmente faz insinuações com este tema é o Membro Municipal Jesus Vidinha e o Presidente da Câmara Municipal. -----

Jesus Vidinha – PS – Interveio, esclarecendo que a sua recomendação ao PSD está relacionada com acontecimentos que envolveram autarcas do Município de Oliveira de Azeméis, que conduziu a Polícia Judiciária ao Município de Albergaria-a-Velha. Considerou não ter sido ingénuo o intuito de ter trazido este assunto à Assembleia Municipal, tentando politizar uma questão. Na sua opinião, a deslocação da Polícia Judiciária ao Município de Albergaria-a-Velha estará relacionada com o facto de esta autarquia ter celebrado contratos de adjudicação de obras com a empresa *Paviazeméis*, situação que se verifica tanto no presente como em anteriores mandatos. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, informando não ser verdade encontrar-se lixo nas bermas das estradas quando se entra no Município de Albergaria-a-Velha. Poderá verificar-se nas bermas das ruas da Freguesia de Albergaria e Valmaior, mas não na Freguesia de Angeja, porque a Junta de Freguesia periodicamente efetua o serviço de limpeza e de recolha de monos, neste último caso em colaboração com a Câmara Municipal. No que respeita à questão dos entulhos nas margens do rio ora levantada, informou que o Ministério do Ambiente não resolve os problemas da margem do Rio Vouga, em Angeja. Para que os agricultores tenham acesso aos seus terrenos, vêem-se obrigados a despejar inertes, sabendo-se não serem os mais adequados. -----

José António Laranjeira – PPD/PSD – Usou da palavra, felicitando o executivo pela aquisição de carros elétricos, considerando que se trata de uma medida meritória, que deve ser reconhecida. Referiu que, após a venda do carro da presidência e da anterior vereação, o executivo ainda não comprou a prometida motoniveladora. Disse ser bom de ver a avenida que foi remodelada entre a Câmara

Municipal de Águeda e as escolas, com traços modernos, esperando ver o mesmo da nova artéria aberta, entre a Rua Castro Matoso e a Rua do Hospital, e que a solução final o surpreenda. Todavia, pareceu-lhe ver a primazia sobre o estacionamento e não sobre os passeios, zonas de bem-estar e de peões, podendo estar a tempo de melhorar, com o que ficaria satisfeito. Continuou mencionando que foi feita a pavimentação desta nova artéria, mas que será posteriormente danificada porque carece da instalação de todas as infraestruturas, entendendo não ser uma boa forma de gastar dinheiros públicos. Referiu que na Freguesia da Branca, a obra efetuada o surpreendeu pela negativa, tendo sido pintado um passeio de vermelho, que foi designado por ciclovia. Convidou os presentes a passar no local, para verificarem como os alunos, professores e utentes da escola saem do estabelecimento de ensino para a via pública. Deveriam sair para um passeio, que agora é uma via ciclável, considerando tratar-se de um erro tremendo, pois se houver bicicletas a circular, a segurança dos peões é colocada em causa. Solicitou ao executivo que retirasse o sinal de ciclovia, corrigindo aquela situação com urgência. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim – Usou da palavra, informando que na informação escrita referente às obras vem mencionada a “elaboração de desenho para correção de traçado de via e execução de passeios na Rua Principal, EN 16-2-Calvães-Alquerubim”. Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que informe onde vão ser efetuados especificamente os trabalhos e qual a data de início prevista. -----

Manuel Letra – CDS-PP – Usou da palavra, felicitando o executivo pela aquisição de viaturas elétricas. Recordou que, em Valmaior e Ribeira de Fráguas, nas pedreiras da empresa *Brimo* que hoje pertencem à *Paviazeméis*, assiste diariamente à passagem de camiões pesados, carregados de diversos tipos de materiais que são despejados para encher buracos das explorações que provém desses inertes. Não é feita a triagem dos materiais e as pedreiras não têm licenciamento para recebê-los. Alertou para este problema, embora sabendo não ser competência da Câmara Municipal, tendo já alertado o SEPNA. Em Valmaior, em caminhos florestais e vicinais, verifica-se também o despejo de pneus e de outros materiais. Sugeriu ao executivo iluminar a ecovia de Valmaior-Albergaria com painéis solares, conforme já constatou em ecopistas sitas no Alentejo. -----

Miguel Meireles – PPD/PSD – Interveio, recordando que a primeira competência da Assembleia Municipal é a fiscalização da atividade da Câmara Municipal, pelo que a presença de um órgão criminal na autarquia deverá servir de alerta para este órgão fiscalizador. Referiu que qualquer pessoa pode formular individualmente uma opinião sobre um arguido, mas este só poderá ser culpado quando for condenado. Sobre a informação escrita, questionou qual a razão para a não utilização dos empréstimos contratados no ano passado, nomeadamente tendo em conta que o elevado número de obras em período pré-eleitoral irão gerar os respetivos autos de medição, faturas e pagamentos devidos, sendo importante o município ter os meios financeiros necessários e suficientes para o efeito. Sobre a nova avenida, que o Presidente da Câmara Municipal pretende designar por Dona Teresa, estranhou a forma como foi feita, designadamente por não terem sido criadas as infra-estruturas necessárias no interior da estrada, ou uma galeria técnica, não terem sido criadas as infraestruturas para recolha de águas pluviais, para a iluminação, etc., lamentando que a rapidez para a abertura prévia em período de eleições e de eventos locais tragam, no futuro, custos acrescidos, considerando que o corte naquela avenida poderia ser evitado. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, parabenizando o executivo pela abertura da avenida, apelando para que seja algo que dignifique o Município, pela beleza e pela construção, importância que acresce por tratar-se de uma avenida sita no centro da cidade. Não sabendo se a galeria técnica está contemplada ou não, questionou se esta não seria a altura para a efetuar. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, indicando que a falta de investimento tem sido a maior crítica apontada ao executivo. Esta avenida representa um investimento, parecendo-lhe ser a maior avenida que existe no centro de Albergaria-a-Velha, em termos de largura. Lamentou o garrote colocado naquela que foi considerada a maior avenida de Albergaria-a-Velha, situada junto do Cineteatro Alba, esperando que o mesmo não ocorra nesta nova avenida. Referiu que as obras muitas vezes só se compreendem após a sua conclusão, solicitando que deixem a Câmara Municipal terminar a obra, cumprir com as suas promessas eleitorais, cumprir com aquilo que o orçamento permite e com as necessidades normais de uma governação autárquica responsável, dinâmica e que pensa nas pessoas. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, informando que atualmente a redução das faixas de rodagem será uma medida a ser tida em conta no âmbito da mobilidade, para que haja um interface entre os carros e as pessoas. Desta forma, reduz-se a velocidade dos veículos e o número de acidentes. Aconselhou o Membro Municipal Paulo Silva a falar com os técnicos da área no que respeita à crítica acima apresentada, que lhe deverão explicar que na avenida do Cineteatro Alba deveria haver apenas uma faixa de rodagem, num sentido. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, indicando que dois dos maiores problemas existentes no Município de Oliveira de Azeméis são a topografia e o desordenamento urbanístico. Exemplificou o Município de São João da Madeira como sendo um dos municípios que apresenta um grande volume de tráfego e uma grande capacidade de escoamento. Tal só é possível devido às grandes avenidas que foram projetadas. Referiu ainda entender que Albergaria-a-Velha já tem vários espaços verdes e de lazer. -----

Miguel Meireles – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo ser verdade o que Membro Municipal Paulo Silva enunciou sobre os municípios de Oliveira de Azeméis e de São João da Madeira. Todavia, também assume importância o fator *idade das ruas*. Apesar de ainda serem cometidos erros urbanísticos de há anos atrás, espera que a tendência seja a sua redução. -----

José Laranjeira – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que qualquer técnico verifica ser necessário cortar o alcatrão para colocar as respetivas infra-estruturas. A Câmara Municipal teve a intenção de apresentar a avenida, de outra forma, para o evento *Festival do Pão*, tendo gasto dinheiro, que sacrificou. Porém, terá de efetuar o trabalho novamente. Disse ainda que atualmente, as artérias sitas no interior da cidade permitem colocar a primazia no peão, não lhe parecendo que aquela via tenha estrutura para tal, podendo assim, ser uma oportunidade perdida para fazer algo agradável para o Município de Albergaria-a-Velha. -----

Rui Marques – CDS-PP – Usou da palavra, indicando ao Membro Municipal Luís Fernando não dever confundir estreitamento de via com estreitamento de espaço, esclarecendo que no Cineteatro Alba houve um estreitamento de espaço visual. Na sua opinião, todos os Membros Municipais deveriam estar satisfeitos com a abertura da nova artéria situada entre a Rua do Hospital e a Rua Castro Matoso, por ser uma obra que se deseja realizar há décadas. Referiu ser do conhecimento de todos os

Membros Municipais que o custo de colocar um pavimento e *tout-venant* é reduzido, comparativamente à realização de um arruamento urbano, com princípio, meio e fim, que tem um custo elevadíssimo, estando em causa dimensões muito díspares. Admitiria que a Câmara Municipal pavimentasse aquela artéria para os eventos, assegurando, dessa forma, maior área de estacionamento que, na sua opinião, não seria crime que lesasse a cidade, caso tivesse acontecido. No que respeita às buscas efetuadas pela Polícia Judiciária, disse acompanhar a intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha. Referiu orgulhar-se do facto de pertencer a uma instituição que soube, até hoje, nunca ter discutido assuntos que incidam sobre um eventual mau relacionamento de qualquer autarca deste município com a justiça, orgulhando-se de tal postura e pretendendo terminar o mandato com este sentimento. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que eram 00:30 horas, colocou à votação a continuidade da sessão, nos termos do n.º 2 do art.º 16, do Regimento. -----

Colocada a votação a continuidade da sessão verificou-se não haver unanimidade dos Membros Municipais presentes a favor desta continuidade, sendo da concordância de todos os presentes a conclusão do ponto em apreciação. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal convocou os Membros Municipais para a 2.ª reunião da Sessão Ordinária de junho para o dia 07 de julho de 2017, às 21:00h, a ter lugar no Edifício dos Paços do Município. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entender pertinentes e assim se concluir o Ponto 2. -----

Presidente da Câmara Municipal – Agradeceu ao Membro Municipal Jesus Vidinha a sensibilidade ambiental manifestada desde o início do mandato. Em relação às obras a realizar nas Ruas 25 de Abril, Gonçalo Eriz, Professor Egas Moniz e Praça Fernando Pessoa, informou ter havido uma preocupação acrescida com as questões ambientais, designadamente com os resíduos sólidos urbanos. Como tal, o projeto contemplou a construção de *contentores enterrados*, representando uma novidade neste município. Indicou que, no mês de maio, a autarquia procedeu à limpeza junto à saída da A25 mas, passados dois meses, tem de repetir-se. É um trabalho que deve ser feito de forma regular, todavia, verifica-se também falta de civismo. Indicou que, inclusivamente, a área da competência da entidade *Infraestruturas de Portugal, S.A.*, foi limpa pela Câmara Municipal, conjuntamente com a Junta de Freguesia. Recordou que a abertura da avenida entre a Rua do Hospital e a Rua Castro Matoso era uma pretensão do município de há décadas. Na sua opinião, todos deveriam estar satisfeitos pela obra ter sido realizada no primeiro mandato, que era um desejo da população em geral. Sugeriu ao Membro Municipal José Laranjeira proceder à consulta do projeto, no qual poderá confirmar que tecnicamente o que foi feito não é errado, contrariamente ao que enunciou na sua intervenção. Confirmou haver a necessidade de realizar um corte no pavimento, todavia, informou que a camada do pavimento colocada não é, ainda, a definitiva. A camada definitiva será colocada após a instalação de todas as infraestruturas. Esclareceu que o atraso da obra deveu-se ao facto de o processo, no qual interveio o Membro Municipal José Laranjeira, que apresentou uma avaliação no valor de € 18.000,00, ter estado em tribunal. Informou que a Câmara Municipal ganhou o processo por um valor menor, não sendo uma obra que surge no período eleitoral. Solicitou que fosse dada a palavra ao Senhor Vereador Delfim Bismarck para intervir em relação ao projeto. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, informando que o projeto é público e está aprovado há mais de dois anos. Clarificou que o atraso da obra foi causado pela apresentação de uma denúncia, feita por alguém que indicou que a Câmara Municipal pagou um montante abaixo do valor de mercado.

O tribunal nomeou um perito avaliador que, por sua vez, apresentou um valor acima do valor de mercado e de todas as transações na zona. O Presidente da Câmara Municipal foi chamado a depor em tribunal, tendo informado acerca do valor de mercado na zona, tendo sido elogiado pela Magistrada que reconheceu o interesse da obra e a justeza do valor atribuído pela autarquia, contrariamente ao que lhe faziam crer. Esclareceu que existia um projeto da década 60/70, no qual constava uma entrada junto ao Arquivo Municipal, contemplando uma rotunda e uma saída, ainda anterior ao exercício de funções do ex-Presidente da Câmara Municipal Rui Marques. A abertura da avenida foi feita porque num dos mandatos do PSD foi demolida uma antiga garagem da família Vidal, com alguma polémica. Esclareceu não se tratar de uma obra para fins eleitorais, recordando que o projeto foi aprovado há mais de dois anos e meio. Porém, devido ao facto de o processo ter estado em tribunal, o executivo deparou-se com as contingências atrás apresentadas. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo a Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim que os trabalhos que constam da Informação Escrita, designadamente “elaboração de desenho para correção de traçado de via e execução de passeios na Rua Principal, EN 16-2-Calvães-Alquerubim”, foram acompanhados inclusivamente pelo Vereador Carlos Branco. É uma pretensão construir o passeio desde a casa da Sr.^a Domitília Miranda de Carvalho até à Fontinha, estando este processo a ser tratado juntamente com a *Infraestruturas de Portugal, S.A.* -----

Rui Marques – CDS-PP – Informou que no ano 1989, o Senhor Arquiteto Prata elaborou um estudo, no qual previa o corte ora efetuado, não nas condições de hoje, mas que serão relativamente coincidentes, porque não existem mais alternativas. -----

José Laranjeira – PPD/PSD – Interveio, esclarecendo haver uma incorreção gravíssima na intervenção do Vereador Delfim Bismarck, esclarecendo que a avaliação foi feita por um perito e teve um valor de mercado. Expôs que o Presidente da Câmara Municipal bem conseguiu negociar por um valor inferior ao valor de mercado. Clarificou que o atraso da obra não foi por culpa do perito que realizou a avaliação mas sim pela demora no ato de negociação por parte da Câmara Municipal. O processo seguiu para tribunal e prolongou-se no tempo. Terminou a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal tenta denegrir alguns técnicos e pessoas que prestam serviços nesta cidade, o que considera ser profundamente errado. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo que, sobre o assunto “despesa com o alcatroamento” o método seguido foi o mesmo que se praticava no passado, nas zonas norte e sul. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, esclarecendo que a Câmara Municipal não atrasou o processo. A autarquia negociou o valor que entendeu ser o mais justo e, obtida a concordância dos proprietários, avançou com a realização da obra. Posteriormente, foi apresentada uma denúncia e, desse processo, foi efetuada uma avaliação acima do valor que a autarquia atribuiu, quando já tinha o negócio fechado. Por este motivo, houve um atraso na realização da obra. -----

Miguel Meireles – PPD/PSD – Interveio, referindo ter concluído que o Presidente da Câmara Municipal confirmou que vai ser efetuado um corte na via ora pavimentada para a instalação das infraestruturas. Indicou não ter obtido ainda resposta à questão colocada sobre os empréstimos. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que tecnicamente o projeto está bem definido. Informou que não vai haver qualquer prejuízo para a autarquia porque a camada definitiva

ainda não foi colocada sobre o pavimento, estando previsto efetuar-se o respetivo corte. Esclareceu que apenas após a emissão dos autos de medição das obras poderão contrair a parte do empréstimo que foi aprovada pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a primeira reunião da Sessão de junho, eram 00:40 horas. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na primeira reunião da Sessão de junho da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número três, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

A Técnica Superior _____

O Presidente da Assembleia Municipal _____